

Relatório de Atividades

Comitê Temático Diversidade e Responsabilidade Social

COORDENAÇÃO

Alberto Mori

Gaia, Silva, Gaede & Advogados Advocacia e Consultoria Jurídica

Flávia Regina de Souza Oliveira

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Ao longo do ano de 2024, o Comitê de Diversidade e Responsabilidade Social do CESA seguiu com seu compromisso voltado ao acolhimento e à acessibilidade, com a manutenção das reuniões em formato híbrido, privilegiando a participação integral de antigos e novos integrantes nas reuniões mensais do grupo – cuja adesão tem crescido a cada vez mais.

Com apoio de convidados extraordinários, o Comitê estimulou reflexões sobre temas atuais e cruciais aos escritórios de advocacia em matéria de diversidade e responsabilidade social, independentemente de seu porte, como a importância da saúde mental e os desafios da inclusão racial e de pessoas com deficiência. Nesse sentido, ao longo dos encontros, os integrantes foram sensibilizados com relação às práticas já existentes e, em conjunto, buscaram por soluções que refletissem o compromisso contínuo, dos escritórios e de outros atores do mundo jurídico, em promover a acessibilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão no cenário profissional.

Dentre as elogiáveis discussões conduzidas pelo Comitê, dá-se destaque especial aos seguintes encontros: (i) agenda Pro Bono e direitos das pessoas em situação de rua; (ii) a importância do apoio psicológico nos programas de diversidade das sociedades de advogados; (iii) licença menstrual; (iv) a história e os avanços do Projeto Incluir Direito; e (v) acessibilidade e garantia de direitos das pessoas com deficiência.

No primeiro encontro do ano, o Comitê ouviu vozes experientes sobre a importância de a cada vez mais correlacionar as iniciativas Pro Bono, capitaneadas pelas sociedades de advogados, com os direitos de grupos em situação de profunda vulnerabilidade, tais como a população em situação de rua. Na ocasião, mediaram as discussões André Soler, fundador da associação SP Invisível, Marcos Fuchs, Diretor Executivo do Instituto Pro Bono, e Clara Serva, sócia do TozziniFreire Advogados.

Em seguida, o Comitê se reuniu para discutir a importância da saúde mental e do fornecimento de apoio psicológico pelos atores jurídicos aos seus profissionais. Na ocasião, foi discutido o case de sucesso de uma das associadas ao CESA, em conjunto com profissionais que tem auxiliado na implementação da política institucional, os caminhos percorridos até ali e as perspectivas futuras, considerando a consolidação da iniciativa e o engajamento dos profissionais,

o que inspirou discussões sobre os modelos atualmente adotados nas sociedades de advogados.

Em continuidade, com o objetivo de discutir políticas que valorizassem a diversidade no ambiente de trabalho, o Comitê convidou Roberta Faria, CEO da Editora MOL, para descrever a experiência da companhia ao conceder licença menstrual ao seu grupo de colaboradores. Naquela oportunidade, Roberta dividiu dados relevantes com os participantes do encontro, trazendo reflexões sobre os benefícios que a Licença Menstrual pode proporcionar aos colaboradores e, também, aos seus empregadores.

Já no segundo semestre, o Comitê celebrou o Projeto Incluir Direito, do CESA, dedicando encontro especial para discutir a trajetória da iniciativa e seus caminhos futuros, contando com a participação de Carlos José Santos da Silva, sócio do Machado Meyer Advogados e um dos idealizadores do Projeto, de Thiago Cabral, sócio do FERCAB RM&P Advogados, de Robson de Oliveira, sócio do Demarest Advogados, e da aluna Vanessa Nascimento, participante da 6ª edição do Projeto (2023). Nessa oportunidade, foi destacado o alto reconhecimento da iniciativa no meio profissional, entre empresas, escritórios e mesmo órgãos públicos, como o Ministério Público do Trabalho, ao viabilizar que alunos negros de Direito disputem vagas em pé de igualdade com os demais candidatos, ações que premiaram o Projeto nacional e internacionalmente.

Por fim, em seu encontro de encerramento, o Comitê explorou os desafios enfrentados por profissionais PCD dentro e fora do mundo jurídico, percorrendo questões desde a acessibilidade arquitetônica, com a necessidade de adaptações no ambiente de trabalho, até a acessibilidade atitudinal, a partir da sensibilização e formação dos demais colaboradores, diminuindo as barreiras sociais à integração plena dos profissionais PCD. Na ocasião, contou-se com a presença de Cid Torquato, ex-Secretário Adjunto de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em São Paulo, que expôs o case da ICOM, plataforma de tradução simultânea em Libras por meio de videochamada com intérpretes.

Esperamos que, assim como 2024, o ano 2025 seja marcado por propostas inovadoras e pela continuidade de discussões tão relevantes sobre diversidade e inclusão, com a presença de antigos e muitos novos amigos.